



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

BARBARA ARAÚJO DA SILVA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA AMAZÔNIA: A
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em questão

BELÉM
2022

BARBARA ARAÚJO DA SILVA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA AMAZÔNIA: A
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em questão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de Licenciada em Educação Física,
Faculdade de Educação Física, Instituto de Ciências da
Educação, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição dos Santos
Costa

BELÉM
2022

BARBARA ARAÚJO DA SILVA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA AMAZÔNIA: A
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em questão**

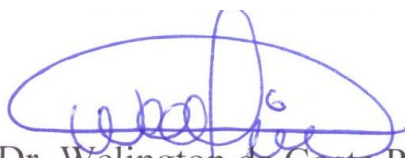
Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Profa. Dra. Maria da Conceição dos Santos Costa, apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Educação Física.

Data de aprovação: 11/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria da Conceição dos Santos Costa
Orientadora - UFPA



Prof. Dr. Wellington da Costa Pinheiro
Examinador interno - UFPA



Profa. Dra. Fátima de Souza Moreira
Examinadora interna - UFPA

RESUMO

É partindo do reconhecimento do conjunto socio-cultural, produtivo e biodiverso que forma a Amazônia, que objetivamos analisar a formação de professores em Educação Física e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontando os retrocessos para o campo do conhecimento, do trabalho docente e formação dos sujeitos que integram a Amazônia. Metodologicamente tem como base o materialismo histórico dialético fazendo uso da pesquisa bibliográfica para sua sustentação teórico-metodológica. A BNCC foi moldada numa conjuntura neoliberal, na qual o processo de mercadorização do conhecimento, assenta-se num conjunto de aspectos, dentre os quais destacamos: o processo de homogeneização do currículo para a escola pública, regulação política-ideológica do conhecimento, sobre o trabalho e práticas docentes, desconsideração sobre as diferenças sociais, econômicas e culturais das diversas regiões do país, dentre outros. A Educação Física na BNCC está assentada na concepção de pensamento que super valoriza a subjetividade humana e secundariza o trabalho docente na socialização do conhecimento, evidenciando o esvaziamento e negação dos conteúdos de ensino a serem trabalhados nas aulas de educação física. No campo da formação docente em Educação Física, a BNCC vem se apresentando na perspectiva de regular e intervir nos projetos pedagógicos de cursos, por meio de programas educacionais que buscam promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da BNCC, bem como a Base Nacional Comum para Formação de Professores (BNCF) que representa mais um exemplo gerencial e de regulação sobre o campo da formação docente, de caráter pragmático, que intervém na autonomia docente. Na contramão do que está posto, faz-se necessário um chamamento coletivo, politizado e resistente para o enfrentamento deste cenário que retrocede as lutas históricas em defesa da formação e trabalho docente no Brasil e na Amazônia.

Palavras-chave: BNCC. Educação Física. Formação Docente

ABSTRACT

Based on the recognition of the socio-cultural, productive and biodiverse set that forms the Amazon, we aim to analyze the training of teachers in Physical Education and the National Common Curricular Base (BNCC), pointing out the setbacks for the field of knowledge, teaching work and training of the subjects that integrate the Amazon. Methodologically, it is based on dialectical historical materialism, making use of bibliographic research for its theoretical and methodological support. The BNCC was shaped in a neoliberal context, in which the process of commodification of knowledge is based on a set of aspects, among which we highlight: the process of homogenization of the curriculum for public school, political-ideological regulation of knowledge, on the work and teaching practices, disregarding the social, economic and cultural differences of the various regions of the country, among others. Physical Education in BNCC is based on the concept of thinking that overvalues human subjectivity and relegates the teaching work in the socialization of knowledge, showing the emptying and denial of teaching content to be worked in physical education classes. In the field of teacher training in Physical Education, the BNCC has been presented in the perspective of regulating and intervening in the pedagogical projects of courses, through educational programs that seek to promote the adequacy of curricula and pedagogical proposals of undergraduate courses to the BNCC guidelines, as well as the Common National Base for Teacher Training (BNCF), which represents another example of management and regulation on the field of teacher training, of pragmatic nature, which intervenes in teaching autonomy. In opposition to this, a collective, politicized and resistant call is necessary to confront this scenario that sets back the historical struggles in defense of teacher training and work in Brazil and the Amazon.

Keywords: BNCC. Physical Education. Teacher Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A BNCC E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (ES) EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA AMAZÔNIA	3
3. UM CHAMAMENTO PARA A LUTA COLETIVA EM DEFESA DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE COM QUALIDADE EM EDUCAÇÃO FÍSICA – À GUIA DA CONCLUSÃO.....	10
REFERÊNCIAS	11

FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA AMAZÔNIA: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em questão

Maria da Conceição dos Santos Costa¹
Barbara Araújo da Silva²

Introdução

A Amazônia é uma região que representa um conjunto de diversidades, que por sua vez caracteriza a identidade e subjetividade dos sujeitos que nela vivem e resistem. De acordo com Porto Gonçalves (2005) podemos falar em Amazônias, que apresentam *heterogeneidade ambiental* em seu complexo e vasto ecossistemas rico em biodiversidade; *heterogeneidade produtiva* com diversas cadeias e práticas de atividades que envolvem o trabalho no campo de caráter familiar, em cooperativas, em grandes empresas, com produtos oriundos do agronegócio, com mega projetos, como Hidrelétrica de Belo Monte, dentre outros, que demarcam o desenvolvimento do capital na região; e *heterogeneidade sociocultural* que integra crianças, jovens, adultos e idosos, que são sujeitos ribeirinhos, pescadores, extrativistas, indígenas, quilombolas, caboclos, agricultores, assentados, sem terra, sem teto, atingidos por barragem, citadinos, fazendeiros, latifundiários, pequenos e grandes produtores rurais, que fortalecem a diversidade sociocultural histórica na/da Amazônia com homens e mulheres, negros e negras, integrantes das comunidades LGBT, dentre outros, integrantes da classe trabalhadora.

É a partir deste lugar que vamos iniciar esta escrituração que objetiva analisar a formação de professores em Educação Física e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontando os retrocessos para o campo do conhecimento, do trabalho docente e formação dos sujeitos que integram a Amazônia. Metodologicamente tem como base o materialismo histórico dialético fazendo uso da pesquisa bibliográfica para sua sustentação teórico-metodológica.

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente adjunta atuando no Instituto de Ciências de Educação na Faculdade de Educação Física da UFPA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física (GEPEF/UFPA), integrante dos grupos de pesquisa GEPERUAZ/UFPA e GESTRADO/UFPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6147701581227207>, ORCID: 0000-0002-8256-068X. E-mail: concita.ufpa@gmail.com

² Graduanda do 5º semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física. Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física (GEPEF/UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9864648779596107>, ORCID: 0000-0001-5534-6170. E-mail: barbarlearaujo18@gmail.com

A formação docente não está alijada dos processos de sustentação e manutenção do capital na sociedade contemporânea. Se na sociedade capitalista, o trabalho é explorado, alienado e ocasiona infelicidade aos sujeitos sociais (ANTUNES, 2005), a formação docente tem “servido” para a reprodução da lógica do capital quando atua nos processos de ajustes e perpetuação da educação aos ditames desta agenda. Há uma profunda mutilação social, histórica e cultural do papel do professor na formação dos sujeitos na escola pública. O professor tem sido o “centro do furacão” das manobras do capital para sua “saúdável manutenção” (HARVEY, 2014), sendo responsabilizado pelos diversos problemas do campo educacional, do sistema e da sociedade.

O campo da formação docente em Educação Física recebe sua importância como estratégia fortalecedora do avanço da força produtiva capitalista. Para Nozaki (1999, p.05) há um processo engenhosamente estruturado para amoldar a formação docente em conformidade com os ajustes estruturais e políticos oriundos “da reestruturação do capital via globalização da economia. Tais ajustes, orientados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI)”, UNESCO, OCDE, dentre outros organismos multinacionais.

Os tempos vividos representam um contexto abissal da mercantilização da educação, das práticas corporais como um direito universal a todos os sujeitos da sociedade. E compreendemos a natureza do trabalho e da formação para/de ensinar na escola pública com crianças, jovens, adultos e idosos, assim como possíveis implicações desse processo para os alunos que a ela têm direito (BOMFIM, 2008).

A formação docente tem sido utilizada como um mecanismo de manobra para desempenhar as determinações do sistema capitalista via processo de mundialização, da lógica da reestruturação produtiva e das formas de regulação que materializa para os aparelhos da sociedade, de modo geral. Se a centralidade de todo processo do capital é o fortalecimento do mercado, a formação docente atua através da educação como um viés para o fortalecimento da agenda do capital (MAUÉS, 2009).

Nozaki (2015, p. 63) destaca que no campo da Educação Física, o contexto do trabalho que está atrelado à formação docente, sofreu muitas mudanças a partir de

[...] uma maior intensificação da exploração da força, do desemprego estrutural, do crescimento da desproletarização, ou seja, passagem do setor secundário ao terciário da economia (crescimento do setor de serviços), precarização do trabalho por meio de contratos temporários e desregulamentação dos direitos, aumento de trabalho feminino e infantil, dentre outros.

Nessa direção, para o desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista, é notável o campo da formação docente como uma ampla dimensão para formar a mão de obra que vai se ajustar às bases e necessidades de uma formação flexível (NOZAKI, 2015), abstrata e polivalente adequando-se ao padrão produtivo do capital.

Cruz (2009, p. 34) destaca que a Educação Física vem desempenhando um papel “importante” na manutenção do sistema,

Por exemplo, ao analisarmos a forma como os conteúdos ginástica e lazer estão sendo trabalhados, observamos a fragmentação, descontextualização da realidade, falta da crítica. A ginástica laboral é uma forma de “preparar o corpo” do trabalhador para a intensificação, extensão, pressão e estresse pela qual a classe trabalhadora está submetida, o trabalho do professor de Educação Física visa fomentar a atividade física sem maiores reflexões sobre as implicações da sua atividade com o contexto geral. O momento de lazer tem se tornado um momento para a recomposição da força de trabalho [...].

Não diferente do contexto apresentado por Cruz (2009) sobre a ginástica, o lazer e seus processos abduzidos e regulados pelo capital, temos também a BNCC enquanto um mecanismo de controle, regulação e desefetivação do trabalho, formação e conhecimento historicamente construídos pela humanidade, discutidos a seguir.

Nesse sentido, o texto está organizado em duas partes, além da introdução. A primeira trata da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Formação de Professoras (es) em Educação Física na Amazônia; a segunda com considerações finais aponta para um chamamento coletivo em defesa da formação e trabalho docente.

A BNCC e a Formação de Professores (es) em Educação Física na Amazônia

A BNCC aprovada pela Portaria nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017) e pela Resolução CNE/CP nº 2, DE 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017a) moldada numa conjuntura neoliberal, na qual o processo de mercadorização do conhecimento, políticas e programas educacionais públicos fortalecidos pela relação público-privada, pelo avanço da iniciativa privada, assenta-se num conjunto de aspectos, dentre os quais destacamos: o processo de homogeneização do currículo para a escola pública, regulação política-ideológica do conhecimento, sobre o trabalho e práticas docentes, desconsideração sobre as diferenças sociais, econômicas e culturais das diversas regiões do país, dentre outros.

Um dos argumentos pro BNCC foi justificado com intuito aparente de promover a “igualdade educacional” (BRASIL, 2017, p. 15) para que conhecimentos essenciais fossem disseminados em todo território nacional de forma “congruente”. Como pensar em “igualdade

educacional” diante de um cenário desigual, excludente, contraditório de um país com um conjunto de desafios educacionais, políticos, econômicos, culturais, sociais, no campo da saúde, da segurança, do lazer, da previdência social, do trabalho.

Segundo dados do IBGE (2019), o Brasil tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas, o que corresponde 6,8% de analfabetismo; no mundo, nesta mesma condição há mais de 750 milhões de pessoas; no Estado do Pará, esta realidade corresponde a 8,8%. Um país com mais de 11 milhões de pessoas desempregadas; um população vivendo em precárias condições sem saneamento básico, acesso a saúde e transporte público de qualidade, enfrentando um conjunto de ataques no campo do trabalho com a Lei N. 13.429, de 31 de março de 2017, que precariza e intensifica as relações e condições dos (as) trabalhadores(as); ataques no campo da previdência que prejudica a classe trabalhadora pelo direito à aposentadoria e beneficia os grandes bancos por meio da privatização com o regime de capitalização da previdência.

São diversos ataques à classe trabalhadora aliada ao avanço da privatização da educação básica, com iniciativas que ampliam a relação público-privada, com a inserção da EAD enquanto “alternativa” para o “acesso” a educação, com atuação de um conjunto de instituições privadas, fundação Lemann³, movimento pela base, todos pela educação, Undime⁴, dentre outros, que tem como foco a mercadorização do conhecimento e da educação pública no país.

De acordo com Hypolito (2019, p. 194):

a reforma curricular BNCC foi constituída, com o apoio de grupos e instituições ligadas ao Todos pela Educação e por *lobbies* de fundações, institutos e entidades, com ou sem fins lucrativos, com interesses muito definidos em torno de um mercado educacional bilionário que envolve venda de materiais pedagógicos, consultorias privadas e prestação de serviços, a fim de substituir o que hoje é realizado pelas escolas e pelo sistema público de educação

Essa lógica de gerencialismo é o que vem sendo apresentada pelas políticas neoliberais, assim como pelo modelo de GERM⁵ apresentado por Hypolito (2019, p.194), que segundo o autor implica em:

³ De acordo com Pereira e Evangelista (2019) a Fundação Lemann (FL), uma das quatro organizações de João Paulo Lemann (Gera Venture Capital, Fundação Estudar, Lemann Center), tem grande poder de articulação com órgãos públicos. É secretária executiva do Movimento Pela Base (MPB). O *Google.org* e a FL são parceiros; o primeiro doou R\$15 milhões para desenvolver uma plataforma digital com recursos pedagógicos alinhados à Base.

⁴ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

⁵ Desde 2001, há um movimento sendo articulado globalmente denominado de “GERM – *Global Education Reform Movement*” (Movimento Global de Reforma da Educação), que objetiva “fortalecer as reformas

[...] parcerias público-privadas, com a terceirização da produção de materiais didáticos e venda de sistemas apostilados, com a inclusão de sistemas de gestão educacional, na forma de aplicativos ou plataformas digitais, que monitoram todo o sistema administrativo e pedagógico, retira das escolas e do professorado o controle sobre o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado.

Souza Antunes (2019) destaca que a BNCC é um mecanismo coercitivo que interfere na agenda educacional, orientada pelos organismos internacionais e organizações multilaterais; e que a mesma está voltada para o mercado e para a formação humana que contribua para o aumento da mundialização do capital e um conseqüente gerencialismo também na área educacional.

Pereira e Evangelista (2019) destacam os meandros da formulação da BNCC e expõe a pseudo participação dos professores e da sociedade nesta agenda. Para as autoras, essa falsa participação converge para a ligeira formulação e desejo de adesão total dos docentes, ressaltam ainda que a Associação Nova Escola se insere nesse movimento representando interesses políticos e econômicos particulares, além como já citamos anteriormente, a Fundação Lemmann, o Instituto Ayrton Senna que não tem o intuito de melhorar a qualidade da educação, mas assegurar o controle e posição do monopólio burguês.

A BNCC e o conjunto de seus apoiadores do capital vêm aprofundando e radicalizando o

[...] o processo de expropriação do conhecimento do professor e investiu no aprofundamento das formas de gerenciamento da formação e do trabalho docente. O professor gerenciado – hipótese analítica em desenvolvimento – é francamente perceptível na empiria e seus indicativos podem ser sintetizados nas estratégias de esvaziamento de sua potência política de contribuição para a transformação da ordem social do capital. Escasseando-se a teoria e o conhecimento próprio a seu ofício de sua formação e de seu trabalho, corre-se o risco de suprimir também a possibilidade do acesso dos trabalhadores ao conhecimento histórico e socialmente produzido e sistematizado (PEREIRA e EVANGELISTA, 2019, p.82)

Costa, Farias e Souza (2019) em um estudo sobre a BNCC e a formação de professores, apontam que a BNCC se funda como um amparo legal que o capital encontra para o seu avanço na educação, e sua intenção de padronização curricular aos interesses do mercado, e excludente das diversidades da classe trabalhadora. O que implica em processos formativos engessados, pragmáticos, tecnicistas, acrílicos sem diálogo profundo e problematizado sobre a

educacionais por meio do que chama de eficácia dos sistemas educacionais. Está articulado em torno de três princípios da política educacional: padrões, prestação de contas e descentralização” (HYPOLITO, 2019).

realidade concreta, onde se encontram os sujeitos da educação básica, aprofundando a precarização do trabalho e “desintelectualizando” os docentes.

Por outro lado, um conjunto de entidades e movimentos sindicais tais como ANDES-SN⁶, ANPED⁷, CNTE⁸, ABdC⁹ e outras instituições, organizações não-governamentais denunciaram e demarcaram politicamente posição contrária à BNCC pela unificação curricular, a manutenção de hegemonias e consequente exclusão social e escolar que representa a BNCC para a realidade de diversos contextos sociais-políticos-territoriais-culturais-econômico presentes no conjunto das regiões do Brasil.

No campo da Educação Física, é necessário não somente problematizar a função social do trabalho docente, mas a concepção de que advém da relação BNCC-Trabalho docente, assim como, a concepção de corpo apontada na BNCC.

Na relação BNCC-Trabalho docente há um gerenciamento sobre o professor, as habilidades e competências que devem ser trabalhadas nas aulas; os objetivos da aprendizagem e desenvolvimento que devem ser alcançados; conteúdos homogeneizados sem nenhuma correlação com a realidade concreta dos sujeitos no campo histórico-social-cultural-econômico-político e territorial. Há um cerceamento da autonomia docente, do reconhecimento do docente enquanto um intelectual autônomo e orgânico capaz de organizar seu trabalho junto a realidade concreta que vive na escola pública.

Na Amazônia, os sujeitos históricos possuem uma relação com o lugar em que vivem, com a natureza, com os processos de trabalho, de lazer, de saúde, de educação. São corpos que possuem uma corporalidade histórica da construção entre corpo-experiência-cultura corporal (jogos, danças, lutas, ginásticas, esportes, dentre outros) diversa na cidade, no campo, nos tempos e espaços ribeirinhos, nas comunidades quilombolas, indígenas, assentadas, extrativistas e nos demais conjuntos de comunidades que vivem e (re)existem na Amazônia, com todos os limites e possibilidades que este lugar nos oferece.

A educação física na BNCC está inserida na área das Linguagens, junto com Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Arte, sendo caracterizada por conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos com práticas de linguagem. A educação física tematiza as práticas corporais, o movimento humano está inserido no âmbito da cultura, assim as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção (BRASIL, 2017).

⁶ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN.

⁷ Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED.

⁸ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

⁹ Associação Brasileira de Currículo – AbdC.

Nas aulas, tais práticas devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas [...] (BRASIL, 2017, p.171)

Para Martineli *et al* (2016, p.82) a educação física assentada nesta concepção de pensamento, super valoriza a subjetividade humana e secundariza o trabalho docente na socialização do conhecimento “[...] por meio de um método de ensino em que predomina a vivência e a experimentação da prática, desvalorizando a apropriação dos conhecimentos da cultura corporal em sua totalidade”, tal aspecto fica evidenciado na categoria objetivos da aprendizagem, na qual há um esvaziamento e negação dos conteúdos de ensino a serem trabalhados nas aulas de educação física, aqui defendidos pela cultura corpora (SOARES, *et al*, 1992), com os conteúdos de jogos, danças, lutas, esportes, ginástica, e demais variações de cada conteúdo, que devem ser problematizados nas aulas de forma crítica, criativa e atual por meio das condições objetivas e subjetivas dos sujeitos que participam das aulas, crianças, jovens, adultos e idosos.

A BNCC representa segundo Hypolito (2019)

[..] além dos problemas advindos de qualquer ideia de base nacional, apresenta ainda **conteúdos muito retrógrados e conservadores**, pois, mesmo que grupos alinhados com a política neoliberal ocupassem cargos no Ministério da Educação, não conseguiram barrar a influência de grupos mais conservadores [...] (grifo nosso) (HYPOLITO, 2019, p.196).

Problematizamos na BNCC - educação física como seria trabalhar nas escolas, nos tempos e espaços diversos que temos na Amazônia no verão e inverno, nas condições precárias e desumanas que temos nas escolas os temas, tais como: basca, raquetebol, *squash*, beisebol, críquete, *softbol*, nado sincronizado, patinação artística, saltos ornamentais, *frisbee*, futebol americano, hóquei na grama, polo aquático, rúgbi, bocha, *curling*, golfe, tiro com arco, tiro esportivo, dentre outros (BRASIL, 2017). Qual a relação desses temas, conteúdos com os sujeitos e suas práticas, seus conhecimentos, suas culturas em suas realidades na Amazônia?

É um descompasso com a realidade da Amazônia, do Brasil, dos sujeitos que aqui lutam para ter acesso e permanência com qualidade à escola pública, aos conhecimentos construídos historicamente pela humanidade. A BNCC é uma injustiça a classe trabalhadora e

aos seus filhos(as), que historicamente foram excluídos do acesso à educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

Contraditoriamente, faz-se necessário construir propostas contra-hegemônicas no trabalho docente mediante a BNCC, pois representa fazer justiça à classe trabalhadora ao direito inalienável de ter acesso aos conhecimentos que é um direito histórico, em relação a todas as áreas de conhecimento, em destaque aqui na educação física, e suas relações com o mundo do trabalho, com a cultura, com os processos produtivos que há na Amazônia, na cidade, no campo, nas comunidades tradicionais, numa perspectiva crítica, criativa e emancipadora (FREIRE, 2011).

Para Martineli *et al* (2016, p.92) a concepção de educação física na BNCC

[...] se aproxima de uma perspectiva sociológica/fenomenológica, na qual se valoriza a subjetividade humana e o indivíduo, ou seja, com esvaziamento do conteúdo de ensino para os filhos da classe trabalhadora que estudam na Escola Pública; essa perspectiva secundariza a ação do professor e, desse modo, converge com as políticas educacionais neoliberais e pós-modernas advindas dos organismos internacionais.

É notório que a BNCC vem impactando no trabalho docente ocasionando mudanças no currículo, no controle sobre o trabalho dos professores pelas habilidades e competências que os mesmos devem reger suas práticas docentes junto às crianças, jovens, adultos e idosos; interferência nos processos de gestão a fim de fortalecer a avaliação em larga escala, conduzindo todos os sujeitos educativos para os ajustes necessários para fortalecer os índices censitários do país, das regiões, dos estados e municípios.

Moreira *et al* (2016, p.72) destacam que a BNCC vem mediada pelos

interesses dos reformadores empresariais, que estabelecem aliança com o poder público, com implicações para as políticas oficiais, para garantir ações pedagógicas da educação básica, a concepção de sociedade, de ser humano e de educação, orientadas pela e para a mercantilização da vida. Para tanto, a burguesia dita, por meio dos organismos internacionais, as orientações para as políticas educacionais em escala global, sintetizando seus interesses imediatos e históricos.

E que este contexto agrava o quadro de complexificação no campo da docência (OLIVEIRA 2004), que tem se alargado cada vez mais, na qual os docentes se veem e se sentem obrigados a dar conta das demandas pedagógicas, administrativas, dentre outras, como o caso da evasão, mobilidade e suspensão de turmas do ensino noturno; para além das demandas pedagógicas quanto aos conhecimentos que devem por direito serem socializados com as crianças, jovens, adultos e idosos nas escolas; as condições e jornada de trabalho, a remuneração que não vem sendo paga conforme o piso salarial nacional; contextos de

violência e descasos com os docentes que enfrentam assédios, abusos e desrespeitos na profissão docente.

No campo da formação docente em Educação Física, a BNCC vem se apresentando na perspectiva de regular e intervir nos projetos pedagógicos de cursos, por meio dos programas educacionais PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, no âmbito da CAPES) e PRP (Programa Residência Pedagógica), ambos no âmbito da CAPES. O primeiro, objetiva proporcionar aos discentes dos cursos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica, já o segundo, também integra a Política Nacional de Formação de Professores (PNFP), visa induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso, assim como promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da BNCC, ambos são programas que concedem bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas de educação básica e aos professores universidades.

Um outro documento que também está a impactar na formação de professores em educação física é a Base Nacional Comum para Formação de Professores (BNCF) instituída sob o parecer CNE/CP Nº: 22/2019, aprovado em 07 de novembro de 2019, conforme Portaria nº 2.167, publicada no D.O.U. de 20/12/2019, Seção 1, Pág. 142, que representa mais um exemplo gerencial e de regulação sobre o campo da formação docente, de caráter pragmático, que intervém na autonomia docente, bem como na concepção sobre o trabalho docente, constituindo mais um mecanismo da mercadorização da formação docente no Brasil.

Na mesma direção que a BNCF foi forjada sob a lógica do capital, com vistas ao controle do trabalho docente, também está constituída as novas diretrizes curriculares nacionais da educação física (DNC/EF 06/2018), que fragmenta a formação e o trabalho docente entre licenciatura e bacharelado, apresenta aspectos formativos de cunho liberal, que favorecem o mercado e instituições de cunho mercadológico, a exemplo do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e Conselhos Regionais de Educação Física (CREF) que não defende a profissão do trabalhador(a) da educação física em espaços não escolares, que vem contribuindo com a desvalorização, precarização e intensificação do trabalho nestes espaços, como também apontou Cruz (2008) e Nozaki (2015;1999).

A formação em educação física se assenta na fragmentação do trabalho evidenciada nas etapas formativas com etapa comum – com estudos da formação geral com 1600h (mil e seiscentas) horas referenciais, para licenciatura e bacharelado; e etapa específica – com estudos a serem desenvolvidos em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os

estudantes terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura, escolhendo o curso no 4º semestre - bacharelado ou licenciatura (BRASIL, 2018).

Para além do aspecto acima, também apontamos uma concepção de formação pragmática para o campo da educação física – que não dialoga com a realidade da classe trabalhadora, apresentando diversas concepções de formação que não atendem as reais necessidades do campo do trabalho e formação - , a qual hegemonicamente, não reconhece o trabalho docente enquanto centralidade no espaço escolar e não escolar, muito menos o conjunto de diversidades, tempos e espaços que temos na Amazônia e no Brasil, na cidade, no campo, com os povos das águas, das florestas, dentre outros, que vivem modos de vida diferentes, práticas produtivas e culturais conforme suas tradições, assim como as práticas corporais vivenciadas por crianças, jovens, adultos e idosos.

Um chamamento para a luta coletiva em defesa da formação e trabalho docente com qualidade em educação física – à guisa da conclusão

A BNCC construída sob a orientação dos organismos multinacionais, articulada pelos reformadores empresariais, institutos e organizações privatistas, com o objetivo de aprofundar as desigualdades educacionais no Brasil e no conjunto das diversas regiões, atua como um mecanismo regulador do trabalho e formação docente em educação física e nas demais áreas do conhecimento; nega os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade para a classe trabalhadora e converge para a mercadorização não somente do conhecimento, mas da própria formação continuada dos docentes nas escolas públicas, sendo assumidas por instituições privadas, dentre outras. A estratégia é articular a BNCC a todas as ações, programas e políticas no campo da formação de professores no Brasil, a exemplo disto, temos a BNCF, com o objetivo de controle e regulação dos processos formativos e de trabalho para a classe docente.

Na contramão do que está posto, faz-se necessário um chamamento coletivo, politizado, resistente para o enfrentamento deste cenário que acentua a educação bancária (FREIRE, 2012) e retrocede as lutas históricas em defesa da formação e trabalho docente no Brasil e na Amazônia. É importante a construção de uma formação práxis – dialógica (FREIRE, 2012), libertadora, crítica e referenciada em bases epistemológicas sobre a centralidade do trabalho na formação docente, que atua na construção de práticas humanizadoras, inclusivas, com os sujeitos que (re) existem na Amazônia, da cidade, do

campo, das comunidades tradicionais, das periferias, dos grupos LGBT, dos negros, dentre outros. Aliado a isso a efetivação de ações coletivas junto aos movimentos sociais, coletivos, sindicatos que contribuem para a resistência coletiva frente aos ataques privatistas para o campo da formação e trabalho docente, na construção de uma sociedade autodeterminada, justa, fraterna e a favor da classe trabalhadora e de toda condição digna de existência humana na Amazônia. Que a necessidade concreta e defesa da valorização da profissão docente nos mobilize para as lutas que estão por vir em tempos trágicos de neoconservadorismo e fascismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BOMFIM, M. I. Trabalho docente na educação básica: a atual agenda do Banco. **Revista B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, jan./abr. 2012.

_____. **Trabalho docente, classe e ideologia:** o Ensino Médio e a modernização conservadora no Brasil. 2008. 195f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

_____. Resolução Nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. **Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação.** 2018.

_____. Parecer CNE/CP Nº 584/2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. **Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação.** Portaria nº 1.349, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 33. 2018.

_____. Parecer CNE/CP Nº: 22/2019 - Base Nacional Curricular para a Formação de Professores (BNCF). **Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação.** Portaria nº 2.167, publicada no D.O.U. de 20/12/2019, Seção 1, p. 142. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília, DF, 22 dez. 2017a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 mar. de 2020.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos.; SOUZA, Michele Borges de.; CABRAL, Maria da

Conceição Rosa. A Epistemologia da formação de professores materializada por meio dos Organismos Multinacionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. esp, n. 3, p. 2041-2053, dez., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.unesp.v13.iesp3.dez.2018.11142. Disponibilidade em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11142/7814>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos Costa; FARIAS, Maria Celeste Gomes de; SOUZA, Michele Borges de. A Base nacional comum curricular (bncc) e a formação de professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Acesso em 20 de Janeiro 2020.

CRUZ, A. Catharina S. **O embate de projetos na formação de professores de educação física**: para além da dualidade entre licenciatura – bacharelado. Santa Catarina, 2009. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Edição especial. Rio Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail U. Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 2014.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global E Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponibilidade em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico; MAGALHÃES, Carlos Henrique; MILESKI, Keros Gustavo; ALMEIDA, Eliane Maria de. A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. **Revista Motrivivência**. v. 28, n. 48, p. 76-95, setembro/2016. Disponibilidade em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p76> Acesso 01 abril 2020.

MAUÉS, Olgaídes Cabral.. Regulação educacional, formação e trabalho docente. **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), v. 20, p. 473-492, 2009.

MOREIRA, Laine Rocha; OLIVEIRA, Marcos Renan Freitas de; SOARES, Marta Genú; ABREU, Meriane Conceição Paiva; NOGUEIRA, Suziane Chaves. Apreciação da Base Nacional Comum Curricular e a Educação Física em foco . **Motrivivência** v. 28, n. 48, p. 61-75, setembro/2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p61> Acesso em 20 de Janeiro 2020.

NOZAKI, H. T. Políticas educacionais no movimento das mudanças no mundo do trabalho: o caso do trabalho do professor de educação física. In: SOUZA, Maristela da S.; RIBAS, João F. M.; CALHEIROS, Vicente C. **Conhecimento em Educação Física: no movimento das mudanças no mundo do trabalho**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2015.

_____. O mundo do trabalho e o reordenamento da educação física brasileira. **Revista da educação física/UEM** 10(1):3-12, 1999

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**. V 25, n.89, Set/dez, 2004.

PEREIRA, J.; EVANGELISTA, O. Quando o capital educa o educador: Bncc, Nova escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Acesso em 20 de Janeiro 2020.

SOUZA ANTUNES, Marina Ferreira de. O currículo como materialização do estado gerencial: a bncc em questão. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Acesso em 20 de Janeiro 2020.